

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.454 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2002



Waldemir Rodrigues

Comissão vota limite ao porte de armas

Previsão é de que parlamentares analisem também vinculação de recursos orçamentários à área de segurança pública

A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende, deve analisar hoje, a partir das 17h, projeto que limita o porte de armas de fogo. A tendência, segundo o relator, deputado Moroni Torgan, é que o texto expresse posição intermediária entre a proibição total de vendas de arma-

mentos, que chegou a ser sugerida, e a atual legislação. A proposta do sub-relator, deputado Custódio Mattos, deve acabar com o porte de armas, que ficaria limitado às Forças Armadas e às polícias. Entretanto, cidadãos comuns, desde que devidamente habilitados, poderão possuir armas em suas casas.

PÁGINA 5

O porte de armas, segundo a proposta, deve ficar restrito às Forças Armadas e polícias

Viana quer disciplinar recursos da saúde pública

PÁGINA 6



José Cruz

Marina alerta para riscos na comercialização de transgênicos

Marina teme eventual decisão em favor dos transgênicos

PÁGINA 7



Marcia Kalume

Requião faz restrições a ingresso do Brasil na Alca

Requião: está na hora de pensar no mercado interno

PÁGINA 8

CAE analisa nova regra para empréstimos

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

O Plenário do Senado deve iniciar nesta semana a discussão de três propostas de emenda à Constituição

Exame de medidas provisórias pode desobstruir pauta do Senado

Três MPs podem ser votadas hoje, segundo o vice-líder do governo, senador Romero Jucá. Se a pauta for desobstruída, deve ser votada mensagem que prevê recursos para projetos de saneamento.

PÁGINA 3

Projeto garante auxílio-acidente ao doméstico

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) estende o benefício do auxílio-acidente aos empregados domésticos. A proposta, que altera a legislação previdenciária, está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde deverá receber decisão terminativa.

O empregado doméstico, explica o senador, não recebe o benefício, concedido como indenização ao segurado empregado, trabalhador avulso, segurado especial e médico residente que estiverem recebendo auxílio-doença, quando as lesões decorrentes de acidente – inclusive os de trabalho – resultarem em seqüela definitiva que implique redução da capacidade para o trabalho ou impossibilite o desempenho da atividade exercida na época do acidente.

– Inexplicavelmente, quando o empregado doméstico permanece definitiva ou temporariamente incapaz para o trabalho, não faz jus ao auxílio-acidente, como os demais segurados.

DISCRIMINAÇÃO

Conforme o senador, “o projeto, ao estender o auxílio-acidente ao empregado doméstico, preenche uma grave lacuna da legislação, e cria uma proteção imprescindível para o seu bem-estar”.

Carlos Bezerra observa que a legislação previdenciária, além de marginalizar “de forma injustificável a categoria dos trabalhadores domésticos, também carece de aperfeiçoamento e adequação ao princípio constitucional que ordena ao Estado a promoção do bem de todos sem qualquer discriminação”.

Mozarildo cobra decisão sobre plebiscito em Mato Grosso

Projeto de decreto legislativo que prevê consulta a respeito da criação do estado do Araguaia está “dormitando” numa gaveta da Câmara, disse

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez apelo para a imediata votação do decreto legislativo que estabelece a realização de plebiscito sobre a divisão do estado de Mato Grosso em duas unidades da Federação. Ele explicou que a proposta, de sua autoria, foi aprovada no Senado, um ano atrás, mas desde então está “dormitando” numa gaveta da Câmara dos Deputados.

Segundo Mozarildo, no próximo dia 15 será iniciada campanha para conscientizar a população dos benefícios da criação de Mato Grosso em dois estados. O norte do estado e a região do Araguaia formariam uma unidade federativa do mesmo nome e o resto do território permaneceria como estado de Mato Grosso. Ao invés de um “gigantão”, existiriam dois estados grandes e potencialmente mais ricos, disse.

– O Tocantins, quando fazia parte do estado de Goiás, era responsável por apenas 4% de sua arrecadação. Nos dias de hoje, sua arrecadação representa 47% do total dos dois estados juntos. Está



Rosairel Finheiro

Mozarildo é autor do projeto, já aprovado no Senado, que divide o estado de Mato Grosso

provado que o desmembramento de regiões em estados independentes traz novas empresas e dinamiza a economia, gerando muitos empregos. Com esse processo, as desigualdades regionais são reduzidas – argumentou.

FUTURO

Mozarildo lamentou que o relator do decreto na Câmara, deputado Ricarte de Freitas (PSDB-MT), que é da região, esteja “sentado em cima” da proposta. Segundo disse, “ele está negando ao povo o direito de se pronun-

ciar e decidir sobre seu futuro”.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou o progresso que a criação do Distrito Federal trouxe ao interior do país. Nos Estados Unidos não há estados de grande extensão, tampouco há áreas abandonadas, acrescentou, observando que o plebiscito é a maneira democrática de decidir sobre a divisão de estados, pois dá o poder de decisão ao povo, “que sabe o que é melhor para a região em que vive”.

Ornélas quer facilitar aquisição da casa própria

Para facilitar a concessão de financiamento destinado à aquisição da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou projeto de lei para incluir no cálculo da renda familiar o somatório das rendas de todas as pessoas que integrem a unidade familiar. O projeto está sendo examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador argumenta que, na atual legislação, a composição da renda familiar para obtenção de

empréstimo imobiliário ou aquisição da casa própria somente pode ser feita entre os dois cônjuges ou companheiros. Tal fato coloca fora da composição da renda familiar os pais, filhos ou parentes que tenham renda própria, mesmo que convivam sob o mesmo teto, explica.

Segundo Waldeck Ornélas, a legislação dificulta a situação das mulheres que são chefes de família, uma vez que sua remuneração média é 64% menor do que a dos homens. “Para possibilitar a

compra da casa própria, essas mulheres precisam associar sua renda à de outros integrantes da família”, afirma.

Ele lembra dados do Censo 2000, mostrando que 26% das famílias são chefiadas por mulheres. O censo também indica haver, dentro da mesma unidade familiar, outros integrantes com renda própria. Para o senador, a aprovação da proposta iria facilitar a concessão de financiamentos imobiliários para muitas famílias brasileiras.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão da MP que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural; MP que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional; discussão, em turno único, da PEC que altera os períodos das sessões legislativas, entre outros.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da Federação que abriguem unidades de conservação da natureza; PLS que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: PLS acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior; PLC que dispõe sobre veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: Exposição do superintendente de cobrança e conservação da Agência Nacional de Águas, Antônio Félix Domingues. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de atas e relatórios Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h – Comissão Mista de Segurança
Pauta: reunião para discussão de projetos Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagens submetendo à apreciação do Senado os nomes de José Alfredo Graça Lima para exercer o cargo de embaixador-chefe da missão do Brasil junto às Comunidades Europeias; de Jório Salgado Gama Filho para exercer o cargo de embaixador em Botsuana e Reino do Lesoto. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

17h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLS que veda a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal; PLS que dispõe sobre a política energética nacional; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

Após Ordem do Dia – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática
Pauta: Requerimento que solicita realização de audiências sobre a MP que dispõe sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Marluce Pinto deu parecer favorável a projeto que será votado hoje pela Comissão de Educação



José Cruz

Projeto evita que greve prejudique vestibulando

A Comissão de Educação (CE) examinará hoje, a partir das 11h30, projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) – com parecer favorável da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) – que garante a estudante do último ano de ensino médio, aprovado em processo seletivo para o ensino superior, o direito de matricular-se, mesmo que tenha sua formatura atrasada por causa de greve de professores.

De acordo com a proposta, torna-se obrigatória, nos casos de formatura atrasada por causa de greve, a apresentação do diploma até 30 dias após o término do período letivo. O prazo adicional permitirá ao estudante prejudicado corrigir o que o autor do projeto considera uma “grande injustiça”. Na opinião de Bezerra, não é correto que “os estudantes tenham que adiar seus planos e enfrentar novos exames para che-

gar à universidade, em razão do atraso na obtenção de seu diploma de nível médio”.

Também será analisado pela comissão projeto de lei da Câmara que obriga as empresas concessionárias de energia a veicular, no verso das contas de luz, instruções de segurança aos consumidores. Os integrantes da CE examinarão ainda projeto que altera o nome de ponte localizada no trecho Santa Maria–Júlio de Castilhos da rodovia BR-158, no Rio Grande do Sul.

Dois projetos de lei da Câmara pretendem estabelecer datas comemorativas: um deles cria o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, e outro, o Dia do Bacharel em Turismo. Ambos têm pareceres favoráveis. Quinze projetos de decreto legislativo que prevêm concessão ou autorização para o funcionamento de emissoras de rádio completam a pauta.

Plenário deve decidir sobre verticalização das coligações

O Senado deve votar amanhã projeto de decreto legislativo que anula a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de verticalizar as coligações partidárias, obrigando a repetição nos estados das mesmas coligações da disputa à Presidência da República. O autor da matéria, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), está confiante na aprovação.

Em entrevista à Rádio Senado, ele disse que o projeto deve receber o apoio de cerca de 70% dos senadores, considerando que apenas o PSDB não assinou o requerimento de urgência para que a proposta fosse direto ao Plenário, sem passar pelas comissões. Mas, por se tratar de assunto bastante polêmico, a votação deverá movimentar o Senado.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, adiantou, por exemplo, que seu partido ainda vai discutir que posição ado-

tará em relação ao assunto. Ele declarou não conhecer a opinião dos outros partidos, ressaltando o PMDB. “É claro que o PMDB, que tem Renan Calheiros como líder, deve estar engajado neste decreto-legislativo, mas nós temos que avaliar também o quadro jurídico da proposta e que tipo de implicação isso traz.” Acrescentou que o assunto deve mesmo mobilizar as lideranças partidárias na Casa durante toda a semana, porque é matéria que afeta a todos.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

A votação só irá ocorrer, porém, se houver consenso na Casa que possibilite antes a votação de três medidas provisórias. Jucá explicou que tais matérias não foram votadas na semana passada porque já chegaram atrasadas da Câmara, impedindo que o Senado fizesse análise profunda do conteúdo. (Veja matéria nesta página.)

MPs que trancam a pauta podem ser votadas hoje

Caso a tramitação das matérias volte ao ritmo normal, Plenário examinará também proposta de mudança do Estatuto dos Militares

As três medidas provisórias que na semana passada travaram a pauta de votações do Senado podem ser votadas hoje conforme os textos recebidos da Câmara dos Deputados. A informação é do senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, segundo o qual o mais importante é fazer as votações do Senado voltarem a seu curso normal.

Jucá observou que aguardam a desobstrução da pauta projetos da maior importância, como um pedido de autorização para o governo contratar empréstimo de US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID), para investir em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de populações de baixa renda de pequenas comunidades urbanas.

Depois de efetivada a votação das MPs, o Senado deverá decidir também sobre projeto de iniciativa do governo alterando a lei que estabelece o Estatuto dos Militares. A idéia é modificar o dispositivo que trata da transferência *ex officio* do militar para a inatividade remunerada, ao atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

O Plenário também inicia a discussão de três propostas de emenda à Constituição (PECs) que redu-

zem o recesso parlamentar e acabam com o excesso de convocações extraordinárias do Congresso. São propostas do ex-senador Jader Barbalho e dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

E, em segundo turno, o Senado começa a discutir proposta de emenda à Constituição instituindo o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a iniciativa se destina a custear projetos governamentais de recuperação do rio e seus afluentes.

CAE estuda menos rigidez nas normas para empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje, em caráter não-terminativo, propostas de seu presidente, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do endividamento dos estados e municípios de modo a retirar sua “rigidez excessiva”, que vem criando dificuldades administrativas e operacionais para governadores e prefeitos de todo o país. A intenção de Alcântara, como ele esclareceu, é alterar as Resoluções nºs 40 e 43 do Senado, adequando-as à realidade de vivida atualmente pelas unidades da Federação, sem criar transtornos ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Com base nas propostas de Alcântara, explicita-se como metodologia de cálculo da receita líquida das unidades da Federação, para efeito de imposição de limites de endividamento, a soma das receitas arrecadadas no “mês em referência” e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades, conforme determina a LRF. Pelas Resoluções 40 e 43, em vigor, estima-se no cálculo o “mês de referência”, o que significa atrasar em um mês o período de cálculo.

Segundo Alcântara, como es-

ta, as Resoluções 40 e 43 criam uma “dificuldade técnica, operacional, além de custos adicionais, já que os interessados terão que aguardar o encerramento do balancete do mês anterior, o que normalmente só ocorre no final do mês seguinte, para apresentação de seus pleitos”.

O senador pretende, também, alterar o inciso V do artigo 5º da Resolução nº 43 do Senado, que, segundo ele, cria restrição excessiva aos empréstimos públicos, condicionando-os, em alguns casos, a acordos prévios entre estados, ignorando a “guerra fiscal” (disputa entre estados, via tratamento tributário, para atrair novos empreendimentos para o seu território).

“Com a guerra fiscal instalada e sem solução definitiva à vista, proibir a realização de operação de crédito por estados que estejam envolvidos nessa atitude inconstitucional, como faz hoje a Resolução nº 43, de 2001, poderia ser uma forma de pressionar os estados a chegarem a um acordo. Todavia, não parece ser isso o que ocorre. A proibição para realizar operações de crédito não é forte o suficiente para induzir a um acordo sobre a guerra fiscal, até porque tal acordo depende de entendimento prévio sobre a reforma tributária” – diz Alcântara.



Roosevelt Pinheiro

Segundo Lúcio Alcântara, “rigidez excessiva” vem criando dificuldades administrativas e operacionais

O senador quer também alterar dispositivo da mesma resolução para dar maior flexibilidade à contratação de operações de crédito no último ano de mandato do governante, “sem descuidar da correta aplicação dos recursos”. Entende Alcântara que a restrição para novos contratos de empréstimos deve restringir-se aos últimos 180 dias (e não aos dois últimos quadrimestres antes do final do mandato).

A CAE deverá apreciar também, na reunião de hoje, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que prevê o estabelecimento de tarifas de energia elétrica mais baratas para o setor de aquíicultura (produção em cativeiro de camarões, peixes, etc.).

Mauro cobra votação da reforma do Judiciário

Ele entende que adoção de medidas previstas na emenda em exame na Casa, como a ampliação do efeito vinculante, poderá acelerar processos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem, em discurso, que o Senado aprove com rapidez a reforma do Judiciário, que chegará ao Plenário nos próximos dias, pois “ela deverá levar à aceleração dos processos”. O senador considera que um dos males da Justiça está no excesso de formalismo e de medidas protelatórias, que precisam ser revistas sem demora.

Para que a atuação da Justiça se torne mais ágil, ele defende a adoção da súmula vinculante e a disseminação dos julgados especiais, os quais, hoje, “já recebem um número maior de processos que as varas convencionais”.

Como exemplo da morosidade do Judiciário, Mauro Miranda reportou-se à situação de ferroviários de Goiânia que impetraram uma ação de reposição salarial em



Mauro: ferroviários de Goiânia que ganharam ação de reposição iniciada em 1978 aguardam o pagamento há quatro anos

1978 e ganharam o processo em última instância, mas estão esperando para receber o dinheiro há quatro anos.

Citando recente editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador lamentou que o problema maior do cidadão que recorre à Justiça “é receber, depois de ganhar” o processo. Para Mauro Mi-

randa, a situação dos ferroviários se encaixa na frase do jurista Rui Barbosa: “A Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

Sobre o caso de Goiânia, o senador informou que, dos 432 funcionários da Rede Ferroviária Federal que entraram com a ação, 160 já morreram. O processo chegou ao Supremo Tribunal

Federal, o qual remeteu o assunto de volta à Justiça do Trabalho, para execução. Desde então, passaram-se quatro anos. Mauro Miranda lembrou que a Rede Ferroviária já foi até privatizada, mas o pagamento da reposição salarial continua sendo um sonho dos “ex-funcionários, já idosos, e dos sucessores daqueles que já morreram”.

Camata quer limitar recurso para acelerar ação

Com o objetivo de diminuir a sobrecarga de processos na Justiça, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto impedindo recursos às instâncias superiores em processo cujo valor fixado para a causa seja igual ou inferior a 20 salários mínimos (R\$ 3.600).

— A proposta não acarretará vedação do acesso ao Judiciário, pelo evidente benefício da garantia da solução rápida das questões



Gerson Camata explicou que sua proposta não vedará acesso do cidadão ao Judiciário

que envolvem as pessoas menos favorecidas — disse o senador.

O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), permite, no entanto, recursos em caso de sentença que viole dispositivo constitucional. Camata citou estatísticas segundo as quais a mudança eliminaria 17% dos processos em fase de conhecimento no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

Jucá destaca prazo especial para Fazenda Pública

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou ontem a aprovação de emenda de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que insere no texto de reforma do Judiciário a garantia de prazos especiais para a defesa da Fazenda Pública, seja pelos advogados públicos, membros do Ministério Público ou da Defensoria Pública.

— Conseguimos aprovar um destaque dando condições efetivas para que o poder público possa apresentar defesa, não perdendo prazo e não gerando ônus a mais para a sociedade — afirmou.

Jucá também registrou o recebimento de ofício em que a Associação Nacional dos Procuradores Federais lhe dirige congratulações “pelo decisivo apoio à aprovação da emenda”.

Conforme o ofício, que o senador solicitou seja transcrito nos Anais da Casa, a emenda afasta definitivamente a ameaça de tolar a boa defesa do interesse e do patrimônio públicos, “merecendo a atuação de Vossa Excelência os agradecimentos de todo o colégio nacional de procuradores federais”.



Segundo Romero Jucá, emenda incluída na Reforma do Judiciário não gera ônus para a sociedade



Para Lindberg Cury, uso de radar no Distrito Federal está colocando em primeiro plano os interesses de arrecadação

Lindberg aponta distorções no controle do tráfego em Brasília

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) apontou distorções na utilização de radares de controle de velocidade em Brasília como forma de coibir o excesso de velocidade. Para o senador, o objetivo dos equipamentos estaria sendo desvirtuado, ficando em primeiro plano apenas os interesses de arrecadação do governo do Distrito Federal.

— Tais instrumentos não têm levado em conta o fluxo de trânsito e as condições das vias onde foram instalados — argumentou.

Na avaliação de Lindberg, o Detran do Distrito Federal confunde os motoristas, ao estabelecer limites variados para uma mesma via pública, e ao tornar o trânsito muito lento onde o fluxo

permite velocidade maior. Saliendo não ser adepto da velocidade excessiva, o senador propôs que o departamento de Engenharia de Trânsito do Distrito Federal promova o reestudo das vias públicas de Brasília.

— Os limites impostos nem sempre combinam com os limites naturais que os próprios usuários estabelecem, em função dos traçados das vias — justificou Lindberg, que também propôs a realização de campanhas de educação para o trânsito.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) também ressaltou a importância das campanhas educativas, que apontou como fundamentais para diminuir os índices de acidentes e mortes nas estradas.

Osmar propõe corrigir falha em lei sobre seguridade social

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) visando corrigir falha de redação da Lei nº 10.256/01, que alterou a legislação sobre organização da seguridade social. O projeto de Osmar Dias retira da citada lei uma referência à revogação do parágrafo 4º do artigo 25, o que acabou por não ocorrer.

O senador quer mudar a redação do artigo que estabelece a vigência das modificações na seguridade social introduzidas por aquela lei, a partir de proposição apresentada pelo Poder Executivo. Na justificativa do projeto, Osmar Dias explica que a revogação do referido dispositivo — que trata das exceções da composição da base de cálculo da contribuição social do empregador rural pessoa física — foi excluída do projeto no Senado.



Proposta de Osmar Dias está aguardando recebimento de emendas na Comissão de Justiça

A supressão da revogação foi mantida pela Câmara dos Deputados, em seu reexame da matéria, conforme o senador. No entanto, a referência à data para sua vigência foi mantida, sem que os deputados percebessem o erro de redação, observou ele.

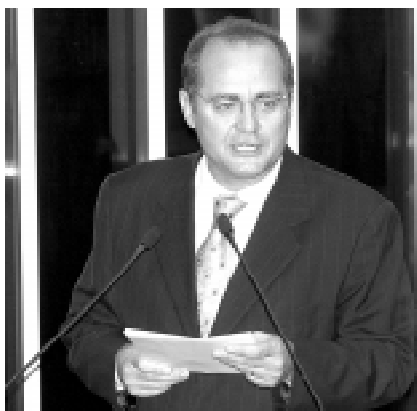
O projeto ainda não tem relator designado na Comissão de Justiça.

Comissão examina fim do porte de armas

Parecer do sub-relator deve propor solução intermediária entre os projetos em tramitação. Também pode ser apreciada vinculação de recursos do Orçamento da União para investimentos em segurança pública

A proibição do porte de armas será analisada pela Comissão Mista de Segurança Pública hoje, a partir das 17 h, de acordo com o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE). A tendência é a de que o sub-relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), que apresentou proposta sobre o assunto, tenha posição intermediária entre a proibição total de venda de armamentos e a atual legislação, informou Torgan.

A proposta do sub-relator deve



Renan Calheiros defende proibição da venda de armas, assunto que será discutido hoje na Comissão de Segurança, presidida por Iris Rezende

acabar com o porte de armas, que fica limitado às Forças Armadas e às polícias. Porém cida-

dãos comuns, desde que devidamente habilitados, poderão possuir armas em suas casas. Essa

solução é mais conservadora do que o projeto apresentado pelo governo – e defendido pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ex-ministro da Justiça –, que prevê o fim da venda de revólveres e similares à população.

Torgan acredita que a comissão, que é presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), também deve discutir a proposta que vincula recursos do Orçamento da União para investimentos em segurança pública.

A ideia é criar dispositivo semelhante ao que garante verbas fixas para a saúde e a educação. O relator informou ainda que os trabalhos da subcomissão que estuda a reestruturação das polícias estão bastante adiantados.

A comissão começou seus trabalhos votando as propostas mais próximas do consenso entre os parlamentares, reunidas em relatórios preliminares. Os projetos mais polêmicos e de tramitação mais difícil – como o que restringe o porte de armas e o que trata da unificação das polícias Civil e Militar – passam a ser examinados a partir de agora.

Projeto prevê controle de “kits” para abrir cofres

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto que busca reduzir a criminalidade no país ao determinar que todo *kit* de ferramentas destinadas a abrir cofres e fechaduras em geral tenha número de série impresso e que a listagem de seus compradores seja enviada ao governo.

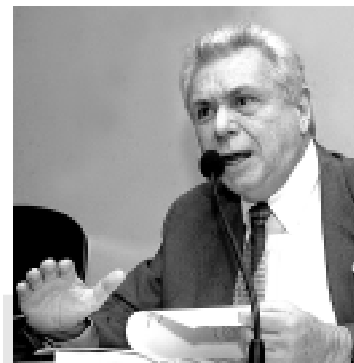
O fabricante de *kits* sem o número de série ficará sujeito a prisão de seis meses a dois anos. O co-

merciantes que deixar de fornecer ao órgão designado pelo governo federal a lista dos compradores das ferramentas também poderá ser processado e preso, conforme o projeto.

Carlos Bezerra acredita que a medida poderá reduzir a ocorrência de roubos e furtos, pois a necessidade de identificação do comprador do *kit* e o envio de seu nome a um órgão do governo contribuirão

para dificultar a ação dos criminosos. “Por outro lado, quando, por qualquer motivo, o equipamento utilizado for deixado no local do crime, o seu número de série poderá facilitar a identificação do criminoso”, pondera o senador.

O projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando apresentação de emendas. A seguir, será indicado um relator para a matéria.



Carlos Bezerra acredita que controle dificultará a ação dos criminosos

Ornélas pretende tornar mais rápida aprovação de propostas

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou em Plenário, ontem, projeto de resolução modificando o Regimento Interno do Senado Federal para alterar a forma de tramitação de propostas examinadas por comissões temporárias e temáticas. Segundo o senador, com a aprovação da matéria a Comissão Mista de Segurança Pública será beneficiada, pois ganhará mais agilidade na análise dos projetos.

O objetivo da proposta, explicou o parlamentar, é permitir que os projetos possam ser apreciados em tempo hábil sem prejudicar a discussão mais ampla por todos os senadores. Waldeck Ornélas citou dificuldades que normalmente ocorrem no exame



Ornélas propõe mudança na tramitação de propostas de comissões temporárias

de matérias provenientes dessas comissões especiais.

— Os projetos selecionados pela Comissão Mista de Segurança Pública não terão apreciação garantida. E é necessário que o Congresso Nacional mude a sua forma de trabalho para dar resposta

rápida, eficiente e coerente à sociedade, reduzindo os índices crescentes de violência no país — argumentou o parlamentar.

“Espero que este projeto não vá para a vala comum”, disse Waldeck Ornélas, explicando que os projetos de lei oriundos das comissões temáticas não têm tramitação preferencial e que “é preciso dar definição rápida nessa proposta para valorizar e fortalecer o papel dessas comissões”.

Freitas Neto propõe carteira de motorista para maior de 16 anos

Projeto de lei do senador Freitas Neto (PSDB-PI) que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir que jovens a partir dos 16 anos possam tirar carteira de motorista, desde que autorizados pelos pais, tutores ou responsáveis. Para o senador, a restrição para os jovens de 16 a 18 anos dirigirem é “absolutamente extemporânea nesta época de aceleradas transformações sociais”.

Freitas Neto observa que em vários países os menores de 18 podem conduzir veículos. Nos Estados Unidos, 34 dos 50 estados emitem carteira de motorista para maiores de 16 anos. Outro exemplo é a França, onde, a partir dessa idade, já se pode dirigir, desde que, inicialmente, na



Para Freitas Neto, proibição atual ignora as transformações sociais

companhia de motorista habilitado.

Segundo o senador, o principal argumento utilizado para negar o direito de dirigir aos maiores de 16, o da responsabilidade penal, está ultrapassado. “O menor tem seu estatuto regido por lei especial, não se podendo dizer que goze de impunidade”, explica. “Há dezenas de outros ilícitos penais que infelizmente terminam sendo praticados por menores e nada têm a ver com a capacidade para dirigir. Não será a faculdade de dirigir após os 16 anos que ampliará a criminalidade entre adolescentes”, argumenta.

O projeto também prevê que os menores de 18 anos fiquem proibidos de dirigir, até adquirirem maioridade penal, caso sejam condenados por delito de trânsito.

Interlegis faz seminário em Curitiba

Será realizado a partir das 13h de hoje, na Assembleia Legislativa do Paraná, o Seminário Regional Interlegis da Região Sul. Os encontros regionais são oportunidades para troca de informações entre os participantes e para atualização a respeito de novos rumos do programa.

Após a solenidade de abertura, com a participação do deputado Hermes Eurides Brandão, presidente da Assembleia, o diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis, Alexandre Paiva Damasceno, fará uma conferência sobre o tema “Interlegis: o Legislativo chega ao futuro”.

Em seguida, o editor do portal Interlegis, Carlos Augusto Setti, falará sobre “Comunidade Virtual do Poder Legislativo”. E o consultor do Senado Antônio José Barbosa apresentará um painel intitulado “Informação e Modernização: as perspectivas do Legislativo”.

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de modernização e integração do Poder Legislativo — nos níveis federal, estadual e municipal — e de promoção de maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.

Tião Viana propõe regras para as verbas da saúde

Proposta determina que União aplicará anualmente, no setor, montante empenhado no ano anterior, acrescido do percentual da variação do PIB

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei complementar de sua autoria regulamentando a Emenda Constitucional nº 29, que trata do financiamento das ações e serviços públicos de saúde. O projeto estabelece que a União aplicará anualmente o montante correspondente ao empenhado para essa finalidade no exercício financeiro anterior, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida entre os dois exercícios financeiros imediatamente anteriores ao que se refere a lei orçamentária.

A matéria trata dos percentuais que devem ser estabelecidos; dos critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos estados, ao Distrito



Projeto de Tião Viana regulamenta a emenda constitucional sobre financiamento das ações de saúde

Federal e aos municípios; do rateio dos recursos dos estados destinados a seus respectivos municípios; e das normas de fiscalização e de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Tião Viana frisou que o Conselho Nacional de Saúde, reunido na semana passada, apontou a fragilidade das obrigações da União, dos estados e dos municípios em relação ao financiamento da saúde e reforçou a necessidade de o Congresso dar uma contribuição

efetiva. O parlamentar lembrou que a aprovação da Emenda Constitucional nº 29 foi um grande avanço, mas observou que a União não cumpriu a aplicação do correspondente ao valor empenhado nos dois exercícios anteriores, mais a variação nominal do PIB, acarretando uma perda R\$ 1,1 bilhão por ano.

O projeto estabelece que 70% dos recursos da União destinados a estados, ao Distrito Federal e aos municípios serão distribuídos de acordo com o coeficiente de sua divisão pelo número de habitantes. Vinte e cinco por cento dos recursos serão rateados segundo os critérios definidos no artigo 35 da Lei 8.080, que regula as ações e serviços de saúde, tais como perfil demográfico e epidemiológico da população, características da rede de saúde e desempenho no exercício anterior. Já os cinco por cento restantes terão distribuição conforme metas de desenvolvimento tecnológico e de ampliação da capacidade assistencial.

Senador quer vacinação como critério para transferências

A vacinação contra doenças redutíveis por imunização e submetidas à vigilância epidemiológica poderá ser incluída como critério para a transferência de recursos federais aos estados e municípios. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O parlamentar reconheceu os avanços registrados nos últimos dez anos na saúde pública no país, afirmando que o melhor indica-

tor talvez esteja na redução da mortalidade infantil.

Mas chamou a atenção para a "dura realidade nacional", que são os números que refletem a saúde das populações sujeitas a grave disparidade de renda.

Tião Viana disse que, em São Paulo, a campanha de vacinação contra a rubéola atingiu, em dezembro de 2000, 81% das mulheres entre 15 e 29 anos, quando deveria cobrir pelo menos 95%.

A idéia do senador é estimular

a busca de taxas crescentes de proteção da população, visto que, apesar dos esforços de duas décadas, a imunização ainda não é plena.

Lembrando que entre os critérios para remessa de recursos para a saúde estão o perfil demográfico da região e as características quantitativas e qualitativas da rede, ele considerou da maior importância incluir a exigência de cobertura vacinal da população.

Projeto de Althoff define o ato médico

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que define o ato médico e dá competência ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para fixar a extensão e a natureza dos procedimentos dos profissionais de medicina, além de definir, por meio de resolução, os procedimentos experimentais.

O projeto define ato médico como todo procedimento técnico-profissional praticado por médico habilitado e dirigido para a promoção primária (da saúde e

prevenção de enfermidades ou profilaxia), a prevenção secundária (da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos) e a prevenção terciária (da invalidez ou reabilitação dos enfermos).

Na justificativa do projeto, Geraldo Althoff citou o surgimento de diversas profissões na área de saúde – como fisioterapia, fonoaudiologia e biomedicina – que antigamente eram atividades exclusivamente médicas. Ele explicou que a proliferação dessas



Iniciativa de Geraldo Althoff atribui competência ao CFM para fixar a extensão dos procedimentos

profissões gera a necessidade da caracterização legal dos procedimentos médicos.

Gilvam destaca aumento da participação feminina

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou, em discurso, a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Ele apresentou dados que comprovam as conquistas femininas nos campos educacional, político e profissional. De acordo com o senador, apesar de ainda existir considerável disparidade salarial entre os dois sexos, o número de mulheres empregadas na economia formal tem crescido mais do que o de homens. Além disso, conforme destacou, o nível de escolaridade delas tem aumentado.

– A diferença salarial entre homens e mulheres, que era de 1,4 salário mínimo em 1996, caiu para apenas um salário no prazo de quatro anos – informou o senador.

PARTICIPAÇÃO CRESCENTE

Gilvam Borges também ressaltou a participação crescente das mulheres na política. “No Brasil assistimos à caminhada da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, em direção à Presidência da República, ocupando privilegiado lugar na preferência do eleitorado”, afirmou.

Falando a propósito da comemoração do Dia Internacional da Mulher, ele relacionou mudanças no papel feminino, como o au-



Gilvam Borges lembrou que é maior o número de famílias no país chefiadas por mulheres

mento no número de famílias chefiadas por mulheres e o de mulheres com mais de 60 anos sustentando suas famílias.

– Viúva ou abandonada, a mulher que assume a chefia da família não quer mais abrir mão dessa conquista. Prefere as responsabilidades à violência ou à improdutividade de um companheiro – analisou.

Gilvam Borges concluiu o pronunciamento prestando homenagem a sua mãe, Dona Cícera, e a sua esposa, Marlene Borges: “O trabalho constante e silencioso das duas contribuiu para o sucesso de minhas atividades no complexo mundo político em que atuo”, disse ele.

Ministro pode ser convocado para falar sobre rodovias

Os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúnem-se hoje, às 17h30, para analisar uma pauta com nove itens, entre os quais requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) para a realização de audiência pública com o ministro dos Transportes, Alderico Jefferson da Silva Lima. O senador quer esclarecimentos “sobre as péssimas condições de uso em que se encontram as rodovias federais no país”.

Na justificativa do pedido, Mauro Miranda lembra os elevados prejuízos humanos e materiais no Brasil em função da ausência de reparos e de melhorias nas rodovias. Ele cita o número de mortos e feridos registrado todos os anos e as perdas, especialmente para os setores agrícola, de transportes e cargas, decorrentes dos buracos e da sinalização deficiente, entre ou-

tros problemas das estradas.

Também consta da pauta requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugerindo audiência pública para instruir o projeto, em tramitação na Casa, que define adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas. Ele recomenda a presença, na audiência, dos representantes das empresas Meta, Penta, Rico, Tajav e Taba.

Cinco projetos de lei que estão na pauta da reunião da CI sugerem alterações no Plano Nacional de Viação a fim de modificar traçados ou a nomenclatura de rodovias federais. Todos receberam parecer favorável dos relatores.

Projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e do Tocantins e no Distrito Federal também pode ser votado na reunião de hoje.

Marina alerta para riscos de alimentos transgênicos

Senadora lembra que comissão da Câmara dos Deputados deve votar amanhã relatório sobre produtos geneticamente modificados

Contrária à comercialização de alimentos transgênicos, a senadora Marina Silva (PT-AC) alertou, em Plenário, que a Comissão de Alimentos Geneticamente Modificados da Câmara dos Deputados vai votar amanhã o relatório do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO), favorável à liberação dos transgênicos.

— O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a maioria expressiva dos movimentos socioambientais apontam para os riscos da liberação de produtos geneticamente modificados no Brasil antes que se defina uma legislação específica para tratar com clareza a questão — afirmou a senadora.

Marina Silva contesta os argumentos dos Ministérios da Agricultura e Abastecimento e da Ciência e Tecnologia de que, depois de vinte anos de experimentações e três anos de debates, já há segurança suficiente para a aplicação da biotecnologia na produção de alimentos. Conforme a senadora, nos Estados Unidos existem relatórios de entidades respeitáveis que aconselham o governo a ter mais cuidado com o impacto ambiental e eventuais problemas à saúde decorrentes da produção



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Marina propõe que país se firme como alternativa para produção de alimento não-transgênico

e consumo dos transgênicos.

Ela advertiu que a Monsanto, que tenta colocar no mercado brasileiro a soja transgênica, é, com outra empresa, responsável pela contaminação de 3.500 habitantes de uma cidade americana.

ALTERNATIVA

Num momento em que grande parte da produção mundial de grãos é transgênica, a senadora defende que o Brasil se consolide como alternativa para os países que querem importar produtos agrícolas que não tenham sido geneticamente modificados. Para Marina Silva, se o governo deixa de lado os impactos sociais que o consumo desses produtos pode provocar, devia, ao menos, pen-

sar nas questões econômicas. “Se o Brasil se firmar como área livre de transgênicos pode conquistar mercados como o europeu”, acredita.

A senadora lembrou ainda que existem dois projetos em tramitação no Senado sobre os organismos geneticamente modificados (OGM). Um dos projetos estabelece critérios para rotulagem de produtos transgênicos e o outro, de sua autoria, determina moratória para produtos agrícolas geneticamente modificados pelo período de cinco anos. Para a senadora, a moratória não significa engessar a pesquisa científica sobre o assunto, já que permite a realização de experimentos.

Lúdio manifesta receio com a saída do PFL do governo

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) externou sua preocupação com a saída do Partido da Frente Liberal (PFL) da base de sustentação do governo. Concordando com opinião manifestada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Lúdio disse que a investigação da empresa Lunus — que tem como maior acionária a governadora do Maranhão, Roseana Sarney — não deveria ter motivado a decisão do PFL.



Lúdio Coelho: investigação não seria motivo para rompimento do PFL com o governo

— Entendo que a simples investigação da empresa Lunus, entre centenas de outras empresas que atuam no âmbito da Sudam e também estão sendo investigadas, não seria motivo para o PFL qualificar o fato como um atentado contra os interesses da candidatura Roseana. No entanto, diante dos desdobramentos vindos, não sabemos como isso tudo vai terminar — afirmou Lúdio Coelho.

Na avaliação do senador por Mato Grosso do Sul, a saída do PFL da base de sustentação do governo não é boa para o país. Ele defendeu a superação das dificulda-

des internas para que a administração pública tenha tranqüilidade e o país possa consolidar as reformas que vêm sendo desenvolvidas.

COLIGAÇÕES

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de vincular as coligações estaduais à disputa pela Presidência da República foi elogiada por Lúdio Coelho. Ele também registrou que os atentados terroristas contra os Estados Unidos completaram ontem seis meses e parabenizou o presidente Fernando Henrique Cardoso por sua conferência na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza.

Jucá aponta vantagens do transporte rodoviário

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu ontem o transporte rodoviário de passageiros, salientando que essa é a modalidade mais popular e barata para o deslocamento de pessoas, fato que deve ser levado em conta na elaboração e execução da política nacional de transportes.

— No entanto, o que temos visto é um certo desprezo pela rodovia, que tem por consequência o estado atual de abandono de nossas estradas, algumas das quais se encontram mesmo intransitáveis — acrescentou.

Segundo o senador, apesar de não ser o tipo de transporte de menor custo tonelada-quilômetro, o rodoviário possibilita maior liberdade ao transportador e tem menor custo de implantação de infra-estrutura.

Apresentando dados estatísti-

cos da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati), Jucá lembrou que o transporte de passageiros no país é predominantemente rodoviário. Mais de 132 milhões de passageiros foram transportados pelas rodovias brasileiras em 2000. O setor vem experimentando expressivo crescimento, com um aumento de 20% no número de viagens entre 1997 e 2000.

O senador se solidarizou com as empresas do setor, que se queixam do que consideram favorecimento, por parte do governo, das empresas de transporte aéreo, e reivindicam melhorias nas estradas e nos terminais rodoviários. Para ele, “o Brasil ainda é e será o país das rodovias, que têm sido um dos fatores mais importantes da integração do país”.

Agência de Águas expõe projeto para recuperar o São Francisco

O superintendente de cobrança e conservação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues, será ouvido hoje, a partir das 14h30, pela Comissão Especial do Rio São Francisco. Félix Domingues é coordenador do projeto Rio Verde Grande e deverá tratar do andamento do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do “Velho Chico”.

Segundo recentes declarações do novo ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, o governo irá reforçar os investimentos, em 2002, para a criação dos comitês de bacias hidro-

gráficas. A bacia do São Francisco contará com prioridade nesse trabalho, que compreende a recuperação de áreas degradadas e a despoluição das águas. Alvo de críticas, o projeto de transposição das águas do rio foi temporariamente suspenso pelo governo.

Instalada em outubro do ano passado, a Comissão Especial do São Francisco deverá desenvolver seus trabalhos até 15 de dezembro de 2002. Em dezembro de 2001, foi apresentado o primeiro relatório parcial pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que recomendou a articulação de ações dos órgãos

públicos ligados à questão para viabilizar a construção de barragens de pequeno e médio porte ao longo dos afluentes do rio.

Ao propor essa medida, Ornélas espera que seja regularizada a vazão do rio e mantido o volume das águas em nível suficiente para garantir o abastecimento, a navegação e a irrigação. Mais um relatório deverá ser apresentado pelo senador baiano à comissão, que é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e está acompanhando a implementação do projeto de conservação e revitalização do São Francisco.

Requião faz restrições ao ingresso na Alca

Presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador afirma durante seminário internacional em Fortaleza que “está na hora de o Brasil pensar no mercado interno”

Em debate na manhã de ontem no seminário internacional “O Mercosul, a Alca e a Dívida Externa”, que ocorre esta semana em Fortaleza e Natal, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou reservas à entrada do Brasil no mercado comum das Américas. “Está na hora de o Brasil pensar no mercado interno”, afirmou.

O senador, que é presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, promotora do seminário, destacou que a participação do Brasil no conjunto do comércio internacional chegou a ser de 2% e hoje é de apenas 0,8%.

— Há sete anos o Brasil só vem acumulando dívidas. O patrimônio público do país foi vendido a preço de fim de feira — apontou Requião, para quem o seminário parlamentar do Mercosul faria o contraponto à reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que também se realiza em Fortaleza. O senador observou que a cidade está “sitiada” pelo Exército e pela polícia em função da reunião do BID.

O seminário, realizado na Assembleia Legislativa do Ceará, contou, em seu primeiro dia, com parlamentares de Paraguai, Chile, Venezuela e Uruguai. Do lado brasileiro, participaram das conversações, além de Requião, o sena-



Requião: participação do país no comércio internacional caiu de 2% para 0,8%

dor Arlindo Porto (PTB-MG), os deputados federais Inácio Arruda (PCdoB-CE), Ney Lopes (PFL-RN), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Paulo Gouvêa (PFL-SC), Confúcio Moura (PMDB-RO) e Feu Rosa

(PSDB-ES), o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Wellington Landim, e o economista Paulo Nogueira Batista, que defendeu a tese de que o Brasil não deveria participar da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Amanhã, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães falará sobre “A Alca e seu Impacto no Mercosul”. Nesta quarta-feira será apresentada, no encerramento da reunião do BID, a “Declaração de Fortaleza”, documento síntese das discussões do seminário. O evento será encerrado em Natal, nesta quinta-feira, com palestra do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) sobre “Os interesses do Nordeste no Mercosul e na Alca”.

Indicação de embaixadores será votada por comissão

A indicação de dois embaixadores será submetida hoje, a partir das 17h30, à análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O colegiado deverá pronunciar-se, inicialmente, sobre a escolha do diplomata José Alfredo Graça Lima para chefiar a missão do Brasil junto à União Européia. O processo foi relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Em seguida, a CRE examinará parecer do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) à indicação do diplomata Jório Salgado Gama Filho para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto e à República de Botsuana. Representante diplomático do Brasil junto à África do Sul, Jório Salgado deverá exercer as novas funções de forma cumulativa.

A votação dos pareceres de Tuma e Melo sobre as indicações dos embaixadores será secreta. O Plenário do Senado deverá dar a palavra final sobre as escolhas feitas pelo presidente da República.

Senado entrega Diploma Mulher-Cidadã

A cerimônia de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz será realizada amanhã, na abertura da sessão plenária do Senado. Cinco mulheres que se destacaram na sociedade brasileira em 2001, desenvolvendo trabalhos em defesa da mulher, receberão a homenagem, que faz parte da série de comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher organizada pela bancada feminina do Congresso Nacional.

O Conselho do Diploma, presidido pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), decidiu agraciar as seguintes mulheres: a professora e socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti; a advogada e inte-

grante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Herilda Balduino de Souza; a ex-prefeita de São Paulo e deputada federal pelo PSB, Luiza Erundina; a desembargadora e membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, e a pedagoga Maria Isabel Lopes, especialista em Abordagem Sistemática da Família.

É a primeira entrega que o Se-



Conselho do Diploma Mulher-Cidadã é presidido por Emilia

nado faz do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, proposto pela senadora Emilia Fernandes. A partir de agora, a homenagem ocorrerá anualmente, como parte das comemorações ao Dia Internacional da Mulher. O nome do título é uma homenagem à bióloga, zoóloga e advogada Bertha Lutz, pioneira na luta pelos direitos das mulheres no Brasil — em especial pelo direito ao voto.

Lauro anuncia lançamento de biografia de jornalista

O senador Lauro Campos (PDT-DF) cumprimentou ontem o amigo e proprietário do jornal *Binômio*, de Belo Horizonte, José Maria Rabelo, pela comemoração dos 50 anos de fundação do jornal. Lauro também anunciou o breve lançamento, em Brasília, do livro *Biografia da*



Lauro: livro é roteiro “de alta tensão e de alta emoção”

Convulsão, escrito por José Maria Rabelo, que relata parte da vida do autor. Segundo o senador, a obra é um roteiro pronto para um filme “de alta tensão e alta emoção, enriquecido pelo humor”.

Lauro lembrou que Rabelo enfrentou a ditadura militar e foi obrigado a buscar asilo político no Paraguai, no Chile e na França, junto com sua esposa e seis filhos, para escapar da morte. Lembrou também que, ao ter seu jornal invadido por um general, que lhe fez ameaças, Rabelo deu um murro na cara do oficial. “Ele era um homem tranquilo, mas aquela calma não ia impedir que sua hombridade e dignidade se afirmassem”, explicou o senador.

Plenário lamenta perda de ex-deputado goiano

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do médico e pecuarista Genésio Borges de Andrade, ocorrido domingo na cidade de Itumbiara (GO). Ele foi vereador e deputado estadual muito querido na região, marcando sempre suas ações públicas por atitude de dignidade e eficiência,

disse.

De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família, à cidade de Itumbiara e ao estado de Goiás.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou sua convivência com Genésio de Andrade, por ocasião dos trabalhos de construção de Brasília. “Ele sempre pautou sua conduta por princípios éticos de alto nível”, afirmou.

Jucá presta homenagem aos fuzileiros navais

Ao registrar a passagem do 194º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, na quinta-feira (7), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que “o profissionalismo que caracteriza as Forças Armadas encontra naquela corporação uma de suas expressões máximas”. Ele lembrou que os fuzileiros tiveram origem na Brigada Real da Marinha, unidade de soldados-marinheiros criada em Lisboa, em fins do século 18, tendo seus componentes chegado ao Brasil em 1808, acompanhando a família real portuguesa.

Jucá destacou o treinamento

permanente dos fuzileiros para a realização de ações e operações terrestres necessárias a uma campanha naval, assim como a guarda e a segurança de instalações da Marinha. Oficiais e praças, disse o senador, são criteriosamente formados em estabelecimentos integrantes do Sistema de Ensino Naval, de onde partem para servir em unidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro, nos grupamentos litorâneos de Rio Grande, Salvador, Natal e Belém, nos grupamentos fluviais de Manaus e Ladário e no Distrito Federal.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Waldeck Ornélas, Lindberg Cury e Lúdio Coelho